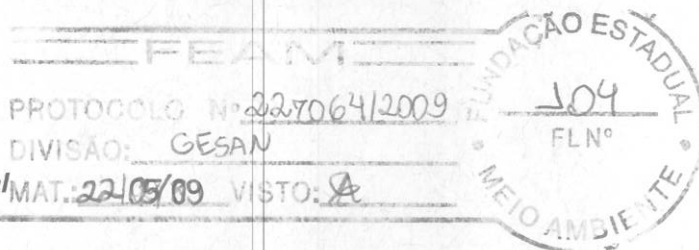




Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Fundação Estadual do Meio Ambiente
Diretoria de Qualidade e Gestão Ambiental
Gerência de Saneamento



PARECER TÉCNICO GESAN Nº 76/2009

AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO COM O MUNICÍPIO

Empreendedor: Prefeitura Municipal de Jacinto	
Endereço: Rua Dr. Érico Lemos Leite, 455 Centro Cep.39930-000	
Empreendimento: Depósito de lixo	Município: Jacinto
Atividade: Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos.	
Data da Assinatura: 20/03/2007	Data da Vistoria: 20/11/2007
Relatório de Vistoria nº:2072007	
Técnico Responsável pela vistoria: Antonio Carlos de Godoy Carneiro	
Processo administrativo: 12056/2005/001/2005	Auto de Infração nº:15126/2005

RELATÓRIO

Em razão da aplicação de multa no valor de R\$ 10.641,00 devido ao descumprimento da Deliberação Normativa COPAM 52/2001 quanto a adoção de medidas mínimas para manutenção ambiental de áreas de disposição final de resíduos sólidos urbanos, o município Jacinto assinou Termo de Ajustamento de Conduta com o órgão ambiental estadual.

Durante a realização da vistoria para verificação do cumprimento das medidas adotadas para finalização da degradação ambiental causada pelo lançamento de resíduos sem critério técnico (lixo exposto, queima e ainda, permanência de catadores), foi constatado que o município **não adotou** medidas que solucionariam essa degradação, pois, apesar dos resíduos serem dispostos em valas e recobertos uma vez por semana, estavam sendo queimados dentro das valas.

O município apresentou, para comprovação do cumprimento do TAC, os seguintes documentos: Relatório técnico com as melhorias implementadas, o relatório fotográfico e a comprovação de gastos para solução do problema.

CONCLUSÃO

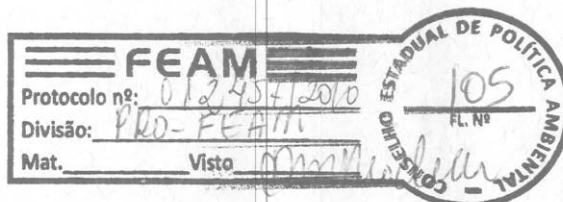
A conclusão da análise técnica em relação ao Termo de Ajustamento de Conduta é de que o TAC **não foi cumprido** pelo município. pois o município continua causando degradação na forma de disposição dos resíduos sólidos urbanos.

Recomendamos o encaminhamento do processo à Procuradoria para análise e providências.

Gerência de Saneamento - GESAN		Diretoria de Qualidade e Gestão Ambiental - DQGA
Autor: Breno Machado	Gerente: Breno Machado	Diretora: Zuleika S. Chiacchio Torquetti
Assinatura: Data: 25/05/09 <i>Breno</i>	Assinatura: Data: 25/05/09 <i>Breno</i>	Assinatura: Data: 26/05/09 <i>ZTorquetti</i>

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



PARECER JURÍDICO

Autuado: Prefeitura Municipal de Jacinto	
Processo nº: 12056/2005/001/2005	
Referência: Pedido de Reconsideração relativo ao Auto de Infração nº 15126/2005	
Tipo de infração: 1 Leve 1 Gravíssima	Porte: Pequeno

I – RELATÓRIO

A Prefeitura Municipal de Jacinto foi autuada em 01/08/05, por meio do Auto de Infração nº 15126/2005, pela prática de duas infrações: uma leve, prevista no art. 19, § 1º, item 2, e outra gravíssima, tipificada no item 6, do § 3º, do art. 19, ambas do Decreto nº 39.424/98, alterado pelo Decreto nº 43.127/02.

“Art. 19 – Para efeito da aplicação das penalidades a que se refere o artigo anterior, as infrações classificam-se como leves, graves e gravíssimas.

§ 1º - São consideradas infrações leves:

(...)

2. deixar de atender a convocação para Licenciamento, Revalidação ou Procedimento Corretivo formulada pelo COPAM, Câmaras Especializadas ou Órgãos Seccionais de Apoio;

(...)

§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

6. causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural.”

A Fundação Estadual do Meio Ambiente, em 25/07/06, por meio da Decisão nº 96/2006, aplicou a pena de multa no valor de R\$ 403, 41, fl. 13.

A Câmara de Atividade de Infra-Estrutura do COPAM, julgou o Auto de Infração nº 15126/2005 em 14/07/06, aplicando multa no valor de R\$ 10.641,00, podendo o valor ser revertido na recuperação da área degradada mediante assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, fl. 11.

A autuada apresentou tempestivamente Pedido de Reconsideração. Em síntese, argumenta que o município vem se esforçando no cumprimento das determinações da DN/COPAM nº 52/01 e que assinou Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público.

M

Em 12 de dezembro de 2006, a Fundação Estadual de Meio Ambiente, o Conselho Estadual de Política Ambiental e o Município de Jacinto assinaram Termo de Ajustamento de Conduta, com o objetivo de regularizar a disposição final de resíduos sólidos do município, constante nas fls. 43/48.

A autuada juntou documentos às fls. 56/99 para comprovar o cumprimento do TAC.

Foram feitas duas vistorias para comprovação de cumprimento do TAC: a primeira em 20/11/07 e a segunda em 09/09/08.

O Parecer Técnico, acostado aos autos, à fl. 104, conclui que “em relação ao Termo de Ajustamento de Conduta é de que o TAC não foi cumprido pelo município, pois o município continua causando degradação na forma de disposição dos resíduos sólidos urbanos.”

II – ANÁLISE JURÍDICA

O Pedido de Reconsideração alega em suma que o município vem se esforçando no cumprimento das determinações da DN/COPAM nº 52/01 e que assinou Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público.

O Auto de Infração é de 2005, portanto quatro anos após a edição da DN/COPAM nº 52/2001, tempo suficiente para regularização dos problemas referentes à disposição dos resíduos sólidos do município. Saliente-se por fim que a última vistoria feita no local data de 09/09/08, três anos após a lavratura do Auto de Infração, que constatou a não adequabilidade das medidas tomadas à referida DN.

O fato de o município ter firmado TAC com o Ministério Público não exclui a ação da FEAM.

Assim, embora o município tenha tomado providências no sentido de sanar os problemas decorrentes da disposição final de resíduos, constatou-se que as medidas mínimas de adequação constantes na DN/COPAM nº 52/01 não foram integralmente atendidas.

Finalmente, insta ressaltar que o valor da multa cominada à sanção cometida pelo autuado foi reduzido nos termos do Anexo I, do Decreto nº 44844/2008, por ser mais benéfico ao autuado, observando-se o disposto no art. 96 do referido Decreto.

“Art. 96 – As alterações dos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.”

III – CONCLUSÃO

O autuado descumpriu o Termo de Ajustamento de Conduta.

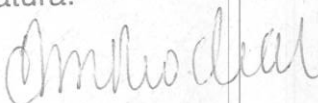
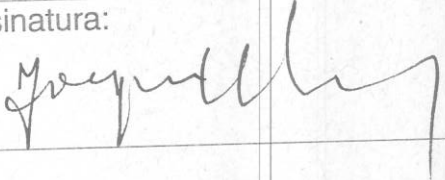
Em relação à penalidade decorrente da infração leve remetemos os autos ao Vice-Presidente da FEAM, recomendando a aplicação da multa no valor de R\$ 251,00, conforme Anexo I do Decreto nº 44.844.2008.

21

Diante do exposto, considerando que o autuado não trouxe a este órgão ambiental dados, fatos novos ou ponderações jurídicas capazes de descaracterizar a infração, opinamos pela remessa dos autos ao Presidente da URC do Jequitinhonha, recomendando o indeferimento do Pedido de Reconsideração e a aplicação da multa no valor de R\$ 10.001,00, nos termos do Anexo I, do Decreto nº 44844/2008.

É o parecer.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2009.

Autora: Rogéria Mara Lopes Rocha Consultora Jurídica OAB/MG 75.569	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador- Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	Assinatura: 

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



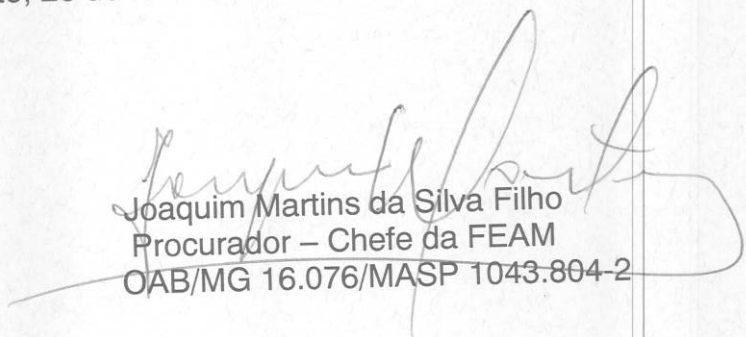
PROCESSO: nº 12056/2005/001/2005
AUTO DE INFRAÇÃO: 15126/2005
INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Jacinto

ADENDO AO PARECER JURÍDICO

O presente adendo tem por objetivo esclarecer que a penalidade de multa no valor de R\$ 10.001,00, conforme parecer jurídico de fls. 105/107, a ser julgada pelo Presidente da URC Jequitinhonha refere-se à infração de natureza gravíssima.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2010


Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador – Chefe da FEAM

OAB/MG 16.076/MASP 1043.804-2